

ACTA N.º 1/2009

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. EXTINÇÃO DA COMUNIDADE URBANA DE TRÁS-OS-MONTES E PARTILHA DO PATRIMÓNIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 39.º. DA LEI N.º. 45/2008, DE 27 DE AGOSTO. PROPOSTA N.º. 08/GAPV/09;**
- 3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE. PROPOSTA N.º. 09/GAPV/09;**
- 4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO N.º. 17/DSC/09;**
- 5. PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. INFORMAÇÃO N.º. 32/DAS/09;**
- 6. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas:

Júlio Augusto Moreis de Montalvão Machado

Francisco António Pinto de Barros

Júlio Eliseu dos Anjos Alves

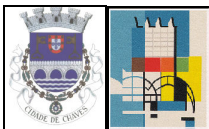
Fernando Alberto Barreira de Moura

José Fernando Carvalho Montanha

A acta número cinco, referente à sessão extraordinária realizada em Novembro de 2008, *foi aprovada por unanimidade*. A acta número seis, realizada em Dezembro foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados e *posta à votação foi aprovada com apenas uma abstenção, por ausência*.

Relativamente à acta número seis de 2008 referente à sessão realizada em Dezembro de 2008, o **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** prestou o seguinte esclarecimento: O Senhor deputado Francisco Pinto de Barros na última Assembleia disse textualmente e passo a citar: "... aprovo as actas porque não faço questão de que as palavras sejam textuais, mas daí a alterar-se o sentido das intervenções irá uma certa distancia" fim de citação. Em função das suas palavras informo o Senhor deputado que conforme a lei determina e por princípio da Mesa, entende-se que as actas devem ser breves, precisas e concisas, traduzindo o pensamento político, mas de forma nenhuma a representação da palavra; uma coisa é o discurso político, outra é a representação e encenação que, enriquece o discurso, mas que não faz parte desse princípio.

A funcionária designada para o apoio à Assembleia Municipal tem desempenhado as suas funções com elevado brio profissional e dedicação, para além do espectável.



Pelas razões invocadas não haverá mudança na actuação da Mesa nem na redacção das actas da Assembleia Municipal.

Em seguida propôs que fosse guardado um minuto de silêncio e pesar pelo falecimento, no passado mês de Janeiro, do Senhor Rogério Aires Sanches, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelho da Raia.

Em seguida foi dada a palavra à Senhora deputada **MARIA INÊS PEREIRA DIAS** do PSD, que fez a seguinte intervenção: “ Cesso em Abril as minhas funções de Presidente e o meu mandato na CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Chaves - por imperativo legal, que determina que, qualquer membro eleito para a Comissão não prolongue por mais de seis anos as suas funções na CPCJ. Imbuída de um espírito de satisfação, desde o início, assumi o compromisso de desenvolver um trabalho que obriga a uma dedicação e entrega permanente. E, independentemente das dificuldades e constrangimentos, nunca deixei de me empenhar e envolver em todas as actividades. Mas, confesso que estaria bem mais optimista se os sucessos dependessem apenas da nossa competência, motivação e empenho.

Feita uma retrospectiva dos seis anos ao serviço da CPCJ estive:

- Dois anos como representante desta Assembleia;
- Dois anos na qualidade de Secretária
- Dois anos, os últimos, como Presidente.

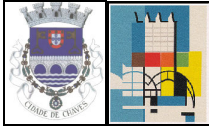
O balanço é positivo. A CPCJ de Chaves evidencia qualidade organizativa e funcional não só pela estrutura física que já detém, como também, pelo facto de esta CPCJ ser já uma referência na sociedade civil, como ponto de apoio permanente a crianças e jovens em perigo. Contudo, é imperioso o reforço da intervenção no apoio às crianças e jovens em perigo, à promoção e protecção dos seus direitos a fim de lhes permitir um bom desenvolvimento que se repercuta positivamente ao longo da sua vida. Nestes dois anos foram sinalizadas 137 crianças e jovens, dos quais 95, foram acompanhados pela Comissão, após obtenção do consentimento dos seus progenitores e/ou de quem tem a guarda de facto.

Com a finalidade de sensibilizar, formar e informar a população em geral, a Comunidade educativa e outros profissionais responsáveis e intervenientes na sociedade, para situações de perigo e vitimação em crianças e jovens, foram desenvolvidas algumas actividades das quais saliento:

- ✓ Curso Sócio Educativo/Educação e Responsabilidade Parental;
- ✓ Projecto de Parceria com a Escola Superior de Enfermagem na área da Educação Extra-Escolar “Educar e Formar para a Cidadania”;
- ✓ Acções de sensibilização dirigidas à população em geral e Comunidade Educativa, em parceria com a UTAD – Pólo de Chaves;
- ✓ Reuniões informativas em aldeias mais problemáticas do Concelho de Chaves, em parceria com a GNR;
- ✓ Protocolo de Cooperação com o Departamento de Educação e Psicologia da UTAD – Pólo de Chaves, no âmbito das disciplinas de Práticas do Curso de Animação Sócio Cultural.

Saio com a consciência absolutamente tranquila pelo trabalho desenvolvido, com a certeza de que tudo fiz para promover e defender os direitos das crianças e dos jovens do nosso Concelho, onde incluo o apoio incondicional de todos os que fizeram parte da Comissão, nas modalidades “Restrita” e “Alargada”, sem os quais não seria possível conseguir os resultados alcançados.

Recordando algumas situações mais dolorosas, permanece a certeza de que também esses momentos foram muito importantes para o progresso e maturação das competências da Comissão e, conseqüentemente, para evoluir na forma de trabalhar e ajudar.



Não quero deixar passar este momento sem dar um reconhecimento especial:

- Aos Técnicos que integram a CPCJ, pelo empenho e dedicação que sempre evidenciaram no desenvolvimento deste projecto e sem os quais não teria sido possível;
- À Câmara Municipal de Chaves pela excelente colaboração e apoio que sempre nos concedeu;
- A todas as instituições representadas na CPCJ, que sempre responderam positivamente e em tempo adequado;
- A todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para a promoção, protecção e defesa dos direitos das crianças e jovens em perigo, permitindo-lhes um desenvolvimento equilibrado e integral”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada na Mesa uma “Moção” subscrita pela CDU. Foi autorizada a sua entrada e lida pelo Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha.

“**Moção**”

Regionalização

Considerando que:

- **Esta Assembleia Municipal votou favoravelmente a regionalização e a criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro;**
- **A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem profundas raízes históricas, naturais e culturais, todo um passado comum desde a consolidação da nacionalidade até à actualidade;**
- **A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro evoluiu de forma singular enquanto natureza e comunidade, consolidando o seu próprio território e a sua própria sociedade;**
- **A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelas suas características geográficas, demográficas e sociais diferenciadas, assume hoje, no contexto do todo nacional, aptidões, capacidades e competências próprias;**
- **A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro deve assumir o seu legado, entendido sempre como indispensável e insubstituível ao País;**
- **A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem necessidades, anseios e preocupações que lhe são comuns e, diferenciadas, das restantes regiões do País;**
- **A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro deve, por isso, decidir, de forma autónoma sobre as suas próprias infra-estruturas, designadamente nas áreas da Saúde, Educação, Agricultura, Turismo, Ordenamento do Território, premissas básicas para o seu desenvolvimento;**
- **A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro só conseguirá o reconhecimento dessas necessidades, anseios das populações, enquanto Região politicamente diferenciada das restantes regiões do País;**

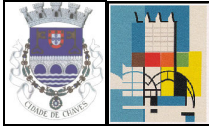
A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 25 de Fevereiro de 2009 delibera:

- 1. Exigir ao Governo a concretização do processo da Regionalização do País;**
- 2. Defender a criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro.**

Os deputados da CDU. Manuel Justino Matos Cunha, Rui Jorge da Silva Oliveira e António Barreira Batista”.

Para sua discussão usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA que disse: “A CDU põe a Assembleia Municipal, perante a responsabilidade de, nos tempos correctos, indicar quais são as suas posições, para que um dia não se possa dizer que fomos todos contra o não ter



havido regionalização; contra os modelos que nos vão impor e que não representam o interesse dos transmontanos, mas que nunca tivemos ocasião de nos manifestar.

Esta “Moção” não é diferente do que foi decidido por esta Assembleia Municipal há dez anos atrás. A questão é saber, numa altura em que se está a “brincar” às Comunidades, lançar Comunidades que nada têm a ver com a realidade do território e com os modelos de desenvolvimento das regiões. Nós sabemos, por exemplo, na área da saúde e na área administrativa, como é que as coisas estão organizadas – vão ligar-nos a Bragança e Mirandela – quando nas acessibilidades, no ensino superior e noutras áreas, estamos ligados para sul - e sabemos a aberração que é o actual modelo das Comunidades Municipais.

O PS e o PSD já se andam a movimentar para a criação da grande Região Norte, numa futura regionalização, em que o Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, quer que a sua capital seja em Vila Real.

A CDU, tal como há dez anos atrás, continua a entender que, no interesse de Chaves e da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Regionalização deve ser implementada, não no modelo da grande “Região Norte”, mas sim no modelo da “A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro”, conforme foi deliberado, no tempo certo, por todas as Assembleias Municipais da Região”.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse reafirmar o na devida altura defendeu sobre esta questão.

“Sou um regionalista, sou um defensor da aproximação do poder aos cidadãos e considero que a regionalização exerce essa aproximação. Lamentei que o projecto que então defendi não tivesse sido aceite, mas em democracia temos de aceitar a decisão do povo, que é soberano nas suas decisões. Provavelmente nesse processo intrometeram-se outros valores que fizeram com que os eleitores não entendessem, correctamente, o processo da regionalização.

Ao Senhor deputado da CDU digo que estou de acordo com o princípio, mas entendo que não demos intrometer-nos no valor maior - que é a aproximação do poder aos cidadãos – aspectos que podem de novo vir a comprometer esse valor. Sou defensor da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela sua essência, pela sua personalidade, pelas suas características e, tal como o Senhor, também entendo que a grande Região do Norte de Portugal nos poderá remeter para uma situação de menos autonomia. Ficaremos com algo muito semelhante àquilo que já vivemos hoje, mas entre o nada, prefiro que ocorra alguma coisa de substancial. Embora como já disse, sou defensor da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

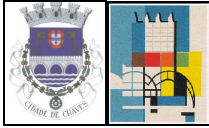
DEPUTADO LUÍS DIAS DE CARVALHO do PSD – disse que Portugal, pela sua história, sofreu ao longo dos séculos, de uma «doença» chamada “macrocefalia”.

“Fala-se na divisão Norte/Sul, que nunca existiu, quando os nossos problemas foram sempre as assimetrias entre o Litoral e o Interior.

A Região de entre o Douro e Minho foi uma identidade durante muitos séculos. A Região de Trás-os-Montes e Alto Douro nada trouxe para Chaves. Olhando agora para o Centro Hospitalar verificamos que apenas nos trás isolamento. É a desclassificação do nosso Hospital e o descontentamento dos seus profissionais; isto porque temos um poder central que, teimosamente, apenas nos trata como números e não como seres humanos. Compete-nos exigir àqueles que elegemos que nos tratem como cidadãos e como seres humanos.

Não sou adepto da Regionalização e sempre o disse. Que vamos ganhar com as três Regiões – Norte Centro e SUL? Acima de tudo sou Flaviense e sou Transmontano”.

JOÃO MORANDA RUA do PSD - disse que relativamente à Proposta apresentada pela CDU, tal como há dez anos, defende o modelo da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.



Toda esta génese de região é muito preocupante para todos nós. O modelo de Região que se vislumbra já praticamente existe, com a nomenclatura de NUTT II. Existem vários organismos que apontam, que seja este o modelo a ser referendado. É um modelo que, de certo modo, não vai trazer nenhuma mais valia. Não vai trazer a tal participação directa que todos desejamos e por essa razão a bancada do Partido Social - Democrata vai votar favoravelmente a Proposta da CDU.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que a posição do Partido Socialista sobre a regionalização é bem conhecida.

“Perdemos este processo há anos atrás, exactamente, por haver divisões no que diz respeito ao enquadramento da divisão administrativa do território e, por isso, tudo o que vá acrescentar entropia ao processo, será sempre uma postura fictícia de defensores da regionalização. Quem de facto defende a regionalização pugna pelos seus princípios; pelos princípios de aproximação do poder de decisão aos cidadãos, tanto quanto possível, mas não entra por outros caminhos que vão afunilar esta posição e que acabem por acrescentar confusão a quem, no momento certo, deve decidir acerca desta matéria.

Em relação aos princípios da regionalização o PS nada tem a dizer, relativamente à questão específica e concreta e de como ela deve acontecer. Temos algumas reticências e recusamo-nos mesmo a emitir opiniões, sobre supostos quadros de regionalização, porque o Governo ainda não apresentou nenhum e nem faz parte do seu Programa.

Por essa razão o partido Socialista vai abster-se na votação da “Moção” da CDU”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – usou novamente da palavra para recordar que houve falta de apetência do Partido Socialista, em promover o modelo de regionalização que foi referendado e a imposição do Partido Social - Democrata que a impediu.

Nesse então a estrutura nacional do PSD promoveu o voto contra o modelo de regionalização que estava a votação e a estrutura nacional do Partido Socialista não se mobilizou, como podia e como devia.

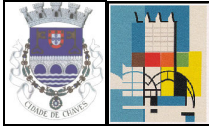
O mundo e o País chegaram a esta crise profunda, precisamente por falta de clarificação do que se pensa e do que se diz. O que é que impede os membros da Assembleia Municipal, se entendem que o modelo é a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro lhes serve, de o manifestar? Não vamos vincular ninguém, apenas vamos expressar claramente a nossa opinião e é disso que o País precisa.

É evidente que a criação do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro é uma imposição do poder central. Porque se houvesse um poder regional, a reflexão sobre a articulação dos cuidados de saúde podia ser completamente diversa. O que nós queríamos era que fosse um Órgão da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro a reflectir sobre a saúde na região, em articulação com a política do governo central e tomasse decisões.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – disse que o Partido Social – Democrata não foi contra a regionalização, mas sim contra o modelo que foi apresentado a referendo.

“Sou a favor da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro. A proposta que apareceu na comunicação social é indicada para as cinco regiões. Concordo com o Senhor deputado Manuel Cunha quando diz que se a regionalização estivesse implementada, o sistema da saúde nunca seria organizado da forma que foi.

JOÃO MARIA TEIXEIRA do PSD – disse que sempre foi e continuará a ser a favor do princípio da regionalização, mas que tem dúvidas sobre os modelos de divisão administrativa que vão sendo apresentados.



A entrevista dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real deve servir para todos nós reflectirmos, porque, normalmente, quando Vila Real faz reivindicações consegue ganhar.

Tem-se falado em dois possíveis modelos de região. A tal grande Região Norte, que se supõe que o Partido Socialista defenda, e a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro como alternativa. Houve em tempos outra alternativa que seria a Região Litoral Interior, abrangendo o Minho e Trás-os-Montes, sem a área metropolitana do Porto.

Sou de opinião que com o modelo em discussão, ficando a capital em Vila Real, Chaves não ganhará nada.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 42 votos a favor, 25 abstenções e dois votos contra.

Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

MANUEL DOS ANJOS MONTALVÃO MACHADO do PSD – disse que a sua intervenção se iria centrar na Veiga de Chaves.

Em 1964/65, procedeu-se ao inquérito preliminar de todas as parcelas da Veiga de Chaves. Em 1973 estava concluído o projecto de renovação da Veiga, com uma equipa de técnicos sediados em Chaves, afim de concentrar os prédios rústicos, de modo a constituir novas explorações que permitissem a mecanização, com a finalidade de obter custos de produção inferiores.

Em Outubro de 1974, estive cinco semanas em Espanha, como Técnico, através da OCDE a visitar explorações. Entretanto nada foi feito na Veiga de Chaves, a não ser plantar «postes de energia eléctrica», de baixa e alta tensão. Metade da nossa Veiga, actualmente, não produz nada.

Passaram-se trinta e cinco anos e continuamos a nada saber. Consta agora que se começou a fazer o emparcelamento, por Vilarelho da Raia, mas a grande maioria dos agricultores da região nada sabem.

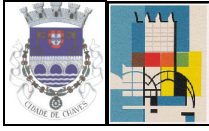
LUÍS MÁRIO ALVES CARNEIRO do PS – cumprimentou os presentes e disse:

“Como é do conhecimento da maior parte dos presentes nesta Assembleia, exerci, durante dois mandatos, o cargo de Presidente do Grupo Desportivo de Chaves.

Durante esses mandatos nunca tive qualquer intervenção política/partidária, porque nunca quis, nem quero partidizar uma colectividade como o Grupo Desportivo de Chaves, já que se trata de uma Instituição de Utilidade Pública de enorme relevância para o Concelho e para a região. A oportunidade desta minha intervenção foi, por isso, ponderada mas, dada a gravidade da situação entendi trazê-la ao conhecimento de V. Exas.

No ano de 1998, o Clube disputava a primeira liga do Campeonato Nacional, passando por graves dificuldades financeiras e por uma crise directiva que, dada a visibilidade mediática que o Clube tinha, a nível nacional, não era benéfico para a Cidade, nem para a Região, que estes problemas se arrastassem por mais tempo.

Em Março de 1998, no XI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses no Algarve, onde representei a Assembleia Municipal de Chaves, fui pressionado, quer pelo Presidente da Assembleia-geral do Clube – Eng.º Campos, quer pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr. Alexandre Chaves, para, atendendo à minha experiência como dirigente desportivo, assumir o cargo de Presidente do Clube, que aceitei. Entendi essa missão como um contributo de Cidadania de um Flaviense que gosta e quer o melhor para a sua terra e para o seu Clube, mais representativo. Assumi o cargo em Abril de 1998 e perante as dificuldades (4 meses de salários em atraso), a Direcção, de acordo com os estatutos, mandou o Presidente e três Vice-presidentes para pedir um empréstimo



numa instituição bancária. Como o Clube estava inibido do uso de cheques o Gerente do Banco, depois de pedir uma cópia dos Estatutos e da acta da eleição dos Corpos Gerentes, sugeriu os procedimentos a seguir para obtenção do empréstimo. Com esse dinheiro foram pagos os salários em atraso, os impostos em dívida e foi negociada a adesão ao Plano Mateus – foi regularizada a contabilidade do Clube.

Em Dezembro de 1998 fomos confrontados com um ultimato do BIC para procedermos à liquidação de um empréstimo que tinha sido contraído em Dezembro de 1997 e avalizado pelos anteriores dirigentes – António Castanheira Gonçalves e Artur Dias. Apesar de alguns pagamentos suplementares, o banco denunciou o contrato e moveu uma acção de arresto das contas bancárias dos avalistas. Encetámos negociações com uma Instituição para que ex-dirigentes não fossem penalizados na sua vida profissional e familiar. Estas diligências foram encetadas em conjunto com a autarquia, na pessoa do seu Presidente, que nos deslocámos ao Porto, para falar com a administração do Banco Pinto & Sotto Mayor.

O Banco Pinto e Sotto Mayor aceitou conceder um empréstimo. Com a intervenção da Câmara Municipal, da Direcção do Clube e dos avalistas (ex-dirigentes) foi liquidado o débito no BIC, passando para o Sotto Mayor com a garantia do património do Clube e o pagamento mensal de 800 contos, pagamento que foi efectuado até 2002. A partir de 2002 – ironia do destino - quem foi apoiado e salvo pela intervenção dos dirigentes em 1999, deixou de pagar aos Bancos (juros e prestações) os encargos assumidos pelas Direcções anteriores.

Em 2004, após várias Assembleias para apresentação de contas – que não existiam – e após o empenhamento de uma empresa de auditoria, que estava a trabalhar em Chaves, foram apresentadas as contas e eleita uma Comissão Administrativa, pois já estava no limite (Junho) para inscrição do Clube nas competições. Mais uma vez, a pedido dos associados, assumi o cargo de Presidente da Comissão Administrativa para que o Clube não fosse excluído das competições. Entretanto o BES, atendendo a que durante os anos de 2003 e 2004, ninguém no Clube tentou resolver o problema, recorreu aos Tribunais para reclamar a dívida. O processo foi-se arrastando até que agora a decisão foi no sentido de responsabilizar as pessoas que assinaram a ficha de abertura de conta. Neste momento os dirigentes da época – Presidente e três Vice-presidentes – tal como impõem os Estatutos – têm todos os bens e um terço do salário penhorado.

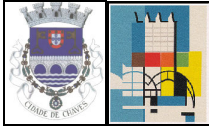
Não podem as pessoas que se dedicaram de corpo e alma ao Clube, estar a pagar pela falta de solidariedade dos actuais dirigentes. Qual foi o crime que cometemos? Foi pagar as dívidas em atraso do Clube? Foi pagar os impostos devidos ao Estado? Foi, pela primeira vez, apresentar as contas auditadas e certificadas por um Revisor Oficial?

Sabemos bem da importância que o Clube desempenha no Fomento do Desporto no Concelho. O Clube sempre contou com o apoio da Autarquia. Eu enquanto dirigente, sempre tive o apoio da Câmara como Instituição e dos seus Presidentes, independentemente dos partidos que representam. Sei que podemos contar com a solidariedade, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal.

Pedimos ao Senhor Presidente, pessoa de Princípios e Valores, o apoio e empenho possíveis para que, quem deu ao Clube da sua cidade o tempo, o trabalho, muitas vezes com sacrifício da sua vida familiar e profissional, não se veja agora, injustamente, privado dos seus bens, ganhos com o trabalho honrado de uma vida”.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – usou da palavra para, em nome do Partido Sócia – Democrata, manifestar o regozijo pela recente nomeação do Senhor Doutor Alexandre Chaves para Governador Civil do Distrito de Vila Real.

Será, certamente, uma voz com peso e com afirmação, para defender os interesses de todo o Distrito.



Referiu artigos publicados em órgãos de comunicação social, em que são colocadas em causa obras de grande envergadura feitos no concelho.

Fala-se também de áreas tão importantes como é a saúde, a educação, a justiça, que são da exclusiva responsabilidade do Governo Central e não da Autarquia. A todos nós e à Câmara Municipal cabe-nos o dever de reforçar, reivindicar, induzir os Órgãos Centrais, a tomar as decisões mais correctas, em prol da nossa Região e mais concretamente do nosso concelho.

Refiro em concreto o Mercado Abastecedor, que tem sido objecto de um arrazoado de injúrias, de calúnias e boatos. O Mercado Abastecedor existe em Chaves porque foi o Governo Central, de gestão socialista, através de um organismo que promove o investimento e a gestão dos Mercados Abastecedores, mais conhecido por SIMAB, que vieram propor aos agentes económicos, ao Município e a outras Instituições de Chaves, a constituição de uma sociedade, para a construção e desenvolvimento do Mercado Abastecedor. O processo foi-se desenvolvendo, constituiu-se a sociedade, com capitais maioritários do Estado e foi também o actual governo socialista, que decidiu, em determinada altura, alienar as acções que detinha nos vários Mercados Abastecedores do País. Em representação da ACISAT, dei a minha opinião, no sentido de que o SIMAB - entidade vocacionada para gerir Mercados Abastecedores - ficasse com a maioria do capital e fosse ele a administrar o Mercado Abastecedor de Chaves, conforme fez a Câmara de Braga, que não adquiriu as acções do Governo.

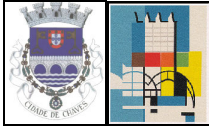
O Presidente da Câmara de Chaves, para honrar os compromissos do Partido Socialista, enquanto esteve à frente do Município, e imbuído de generosidade, entendeu que a Autarquia devia adquirir as acções do SIMAB. O Presidente do Conselho de Administração, acompanhado do seu assessor jurídico, deslocou-se a Chaves para fechar o negócio. Como atrás disse, a Autarquia passou a honrar os compromissos assumidos pela Câmara anterior, de gestão socialista, que não os quis honrar, nomeadamente alguns já assumidos com empresários, que participaram em muitas reuniões preparatórias, para a constituição e instalação do Mercado Abastecedor em Chaves. Inicialmente destinava-se a produtos hortícolas, de apoio aos nossos produtores, que ficaram entusiasmados em poder estender a sua actividade à zona de fronteira com a Galiza.

Aos autores das notícias publicadas – cheias de falsidades e de má fé – pergunto-lhes qual o Mercado Abastecer do nosso País que dá lucro? Apenas o do Porto porque é privado.

É um investimento de médio e longo prazo e nas condições em que está a economia, o que se recomenda é que haja bom senso e coerência em relação a esta matéria.

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – referiu a intervenção anterior e disse que o que está em causa é a situação financeira e a análise dos Relatórios do MARC. O Partido Socialista preocupado com os rumores e com a falta de resultados do Mercado Abastecedor de Chaves, após análise dos Relatórios de Contas, relativos a 2006 e 2007, não poderia deixar de trazer a este Órgão, a sua apreciação da situação financeira desta infra-estrutura.

O capital social do MARC é de 600 mil euros em que a Câmara Municipal de Chaves detém 91% - 546.000,00€; a Cooperativa Agrícola Norte Transmontano detém 5% - 30.000,00€; a AMAT 2% - 12.000,00€; a ADRAT 1% - 6.000,00€ e a ACISAT detém 1% - 6.000,00€. Da análise efectuada apurou-se que os recursos financeiros actuais do MARC provêm, fundamentalmente do consumo do seu capital social, que todos os anos tem de ser repostos pelos respectivos accionistas, da taxa de utilização paga pela Portugalicia Lda., num total de cerca de 12.500,00€/ano e pelo recurso a financiamento bancário. Para melhor entender a actual situação financeira do MARC, importa comparar a evolução do passivo, com os resultados de actividade e despesas com pessoal. Desde o seu início de actividade, até à última prestação de



contas – 2007 – no que respeita ao passivo, em 2005, orçava em 3.978 mil euros; em 2006 - 8.952 mil euros e em 2007 – 7.133 mil euros. Os resultados da actividade foram sempre negativos e crescentes. Em 2005 – 92 mil euros; em 2006 – 218.870 euros e em 2007 – 617 mil euros. As despesas com a remuneração do Conselho de Administração tem vindo sempre a subir. Em 2005 – 15.916,00€; em 2006 – 42.345,00€ e em 2007 – 87.505,00€.

Perante esta realidade o Partido Socialista de Chaves poderia, com esforço, aceitar o passivo do MARC, que pode ser explicado pela crise económica, pelo factor de manutenção de esforço da dívida contraída para o investimento e pela ausência de receitas próprias que permitam fazer face ao pagamento dessa mesma dívida; mas não pode aceitar que com o passivo agora apresentado e com os resultados sempre negativos, a subir de exercício para exercício, as remunerações do Conselho de Administração, em contra ciclo, tivessem triplicado de 2005 para 2006 e duplicado em 2007.

Terminou perguntando se a Autarquia considera haver boa gestão no Mercado Abastecedor.

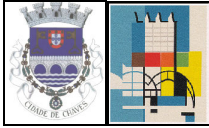
JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que o Governo do Partido Socialista anunciou, com pompa e circunstância a reforma da saúde e mandou realizar um estudo técnico, cujo processo cedo deixou adivinhar os seus objectivos. Era nem mais, nem menos, a desqualificação de Centros de Saúde e Hospitais e encerrar outros serviços por esse País fora, com a propaganda de que todas as populações iriam ficar melhor servidas. Esse estudo contemplava o nosso Hospital, infelizmente para nós, com a perda de Serviços como a Maternidade e passámos a ter uma Urgência Básica, apesar do responsável político do PS, no Distrito, ter vindo a esta Assembleia Municipal, realizada no GATAT, prometer «mundos e fundos» e garantir que os serviços iriam melhorar.

O Senhor deputado José António Trindade Mendes, num artigo de opinião disse e passo a citar:«por fim, resultado desta luta e desta tomada de posição, conquistou-se o Protocolo estabelecido com o Ministério da Saúde, onde foi garantida a manutenção, na unidade Hospitalar de Chaves, a Urgência Médico-cirúrgica, bem como o reforço da sua capacidade» fim de citação.

Depois de ler isto no artigo do Senhor deputado José Trindade Mendes, qualquer pessoa que ande de boa fé na política, terá de se interrogar. Então o Senhor Governador Civil, militante do Partido Socialista, veio a esta Assembleia Municipal enganar os representantes Flavienses, quando sabia, de antemão, que o Protocolo não seria para cumprir? Será que o PS local sempre soube que o Protocolo não era para cumprir e, por essa razão ameaçou demitir-se, mas não o fez, só para enganar o seu eleitorado. A Senhora deputada Paula Barros deu sinais de estar a favor do encerramento da nossa Maternidade e da deslocação deste Serviço para Vila Real, alegando que iríamos ficar melhor servidos. Ora a Senhora deputada, na qualidade de primeira representante do Distrito de Vila Real, na Assembleia da República, fez muito pouco, para não dizer nada, o que lhe ficou muito mal.

O Ex-Ministro da Saúde, Dr. Correia de Campos, ameaçou as populações do Alto Tâmega, nos órgãos da comunicação social que, se não fosse assinado o Protocolo, iríamos sofrer as consequências (o que afinal pretendia era ter o Protocolo assinado, para o por na gaveta), continuando, assim, a enganar os munícipes desta Região. Mas não foi necessário muito tempo para o Senhor Presidente da Câmara de Chaves - Dr. João Batista – através da comunicação social interpelar os responsáveis do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro dando-lhes conhecimento do descontentamento dos profissionais de saúde e dos utentes do HC.

Quando nesta Assembleia Municipal foi homenageado o Hospital Distrital de Chaves, com a medalha dos 25 anos de serviços prestados à comunidade, na presença do



Senhor Dr. Carlos Vaz e da Senhora Enfermeira Emília, o Senhor Presidente da Câmara mais uma vez chamou a atenção do descontentamento e disse que continuava a acompanhar a situação da perda de qualidade dos serviços e, que, por isso, teríamos de reavaliar a situação. Pelos vistos, o Senhor deputado José Mendes, tem andado distraído e não ouviu esse sinal do Senhor Presidente da Câmara; mas vem agora reconhecer que a integração do Hospital de Chaves no Centro Hospitalar de Vila Real foi um fracasso e que o seu Governo, mais uma vez penalizou os flavienses, faltando à verdade, como já nos habituou.

Pergunto ao Senhor deputado Trindade Mendes e a todos os seus companheiros de Partido – António Martinho, Enfermeira Emília e à Senhora deputada Paula Barros o que andaram a fazer todo este tempo. Será que o PS de Chaves não lê a imprensa local, as minhas intervenções nesta Assembleia Municipal, as intervenções do Senhor deputado Manuel Cunha, ao qual eu reconheço, aqui, publicamente, o esforço e empenhamento que este flaviense tem feito na denúncia da perda de Serviços do nosso Hospital? Afirmo peremptoriamente que o Partido Social - Democrata não tem qualquer responsabilidade na política da saúde, porque ela é total e unicamente da responsabilidade do Governo Socialista. Se o PSD tiver de ir novamente para a Rua, chamar a atenção do País, para a burla que este Governo fez na saúde a toda esta região, com um Primeiro – Ministro arrogante que anda sempre na comunicação social pelas piores razões, não vai hesitar em fazê-lo.

É a política do fecha e do encerra, para economizar e poder financiar os Bancos Privados, em que os gestores ganham balúrdios e não são responsabilizados pelo descalabro que todos nós contribuintes estamos a pagar.

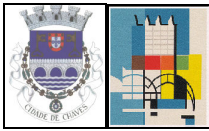
O Partido Socialista local, através do semanário regionalista “notícias de Chaves”, não faz outra coisa senão falar mal do Câmara e da sua gestão. Para o PS local, tudo está errado usando continuamente o discurso do “bota abaixo”, colocando tudo em causa, inclusive grandes obras, feitas pela Câmara PSD, que os flavienses elogiam e agradecem. Estes detractores da verdade não são capazes de falar mal do Governo nem das suas políticas erradas. As contestações dos Professores, dos Magistrados, dos Enfermeiros, da Função Pública, dos Militares, das Forças de Segurança, do Banco de Portugal, da Caixa Geral de Depósitos, o aumento da criminalidade, do desemprego e a recessão da economia, são factores que nos levam a estar pessimistas e a temer pelo futuro.

Com tudo o que está a acontecer, com tantas notícias televisivas vindas a público, sobre casos como a Licenciatura, o licenciamento do Freeport, Cova da Beira, projectos da Guarda etc. se fosse noutro país o Primeiro – Ministro já tinha sido demitido. São casos e coincidências a mais. É o estudo da OCDE, que não é OCDE, o melhor nível de vida para 2009, os 150 mil postos de trabalho, os 700/1.800 milhões do BPN e tudo se desculpa com a crise internacional.

ANTÓNIO MANUEL PIRES ALMEIDA do PS – usou da palavra para pedir ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre o ponto da situação do Centro Escolar do Agrupamento de Vidago, nomeadamente quanto à aquisição do terreno, o lançamento da obra e a previsão da sua conclusão.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – referiu-se à questão da saúde e do Hospital de Chaves.

Entendo que o Estado e as Autarquias têm obrigações de investimento e a criação de estruturas que permitam o desenvolvimento das regiões é objectivo de todos nós. Penso que o Mercado Abastecedor não está a ter a taxa de ocupação, por parte das empresas, dos produtores e dos cidadãos em nome individual que era de esperar. Estou a basear-me nos números apresentados pelo Senhor deputado José Mendes. Se esses números são reais, penso que merecem uma reflexão, da parte da gestão do Mercado Abastecedor.



Mas o que me parece merecer uma reflexão mais profunda é o facto de verificar que uma infra-estrutura que parecia vir a ser útil a toda esta região, não funciona. E isso acontece porque o PS, o PSD e a União Europeia desmantelaram o aparelho produtivo, reduziram a produção própria a nada e agora temos o Mercado Abastecedor para distribuir o que não se produz. Foram autorizadas todas as grandes superfícies que têm as suas redes próprias de distribuição. E não funciona porque, tal como a CDU, tem vindo a anunciar, a crise não é de agora, já vem dos anos anteriores.

Relativamente à saúde e ao nosso Hospital a questão é muito séria. Em Setembro de 2006, a CDU disse neste Fórum que o facto do Governo, do Partido Socialista, não aceitar a proposta da criação de Unidade Local de Saúde em Chaves, não devia levar a Assembleia Municipal e a Autarquia a capitular. Nessa altura apresentámos uma proposta nesse sentido – não capitular - mas não teve receptividade por parte deste Órgão. A CDU procurou trazer à Assembleia Municipal toda a informação possível, de que a política que sustentava toda esta estrutura - encerramento da maternidade, desqualificação do serviço de urgência, criação do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro – tinha e tem como objectivo final o esvaziamento funcional do Hospital de Chaves.

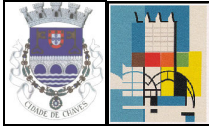
Não sabemos qual é a opinião do Partido Socialista sobre esta questão. Sabemos o que pensa o Senhor deputado José Mendes, através de um artigo de opinião, onde diz que, funcionalmente, o Hospital de Chaves está “de rastos”. Mas não sabemos a se o Partido Socialista de Chaves reconhece e comunga dessa opinião.

O Senhor Presidente da Câmara disse que vai haver um pedido de desanexação do Hospital. Esta foi uma opção do Presidente da Câmara, discutível, que esvaziou, a Comissão eleita nesta Assembleia Municipal, para a defesa da autonomia do Hospital de Chaves, porque não foi consultada. Com o esvaziamento funcional do Hospital é muito mais complexo o processo da desanexação. É importante que fique claro que tudo isto acontece por orientação do Ministério da Saúde e do Governo. Os Partidos políticos têm uma postura nos locais, onde as coisas acontecem, mas a nível nacional apoiam o governo.

Na altura do encerramento da maternidade perdeu-se a ocasião de mobilizar as populações, optando-se pela providência cautelar. O resultado foi o que foi. Quando o resultado chegou já a maternidade tinha deixado de funcionar havia algum tempo.

A única força política, do Concelho, que desde o princípio até ao fim, teve a sua posição norteadada pelos mesmos princípios e pela mesma actuação foi e é a CDU. E mais uma vez desafia todos os eleitos desta Assembleia a que, se for para fazer força, para defender o nosso Hospital, com o modelo de desanexação, ou outro, é importante demonstrar que a população não aceita o esvaziamento do Hospital.

Sugerimos que seja reactivada a Comissão de Defesa do Hospital, que se mobilizem as populações, sem medo de enfrentar a situação. O que não podemos é deixar tudo só, nos bastidores. Quando alertamos para o esvaziamento funcional do Hospital, o Partido Socialista Local veio dizer que isso não aconteceria, pelo contrário, iríamos mudar para melhor, mas o que se verificou foi exactamente o contrário. Mas o mais incrível é que ainda não vieram admitir que se enganaram. É necessário apresentar propostas que mobilizem as pessoas e que não tenham medo de defender os seus direitos, porque, afinal, não é só o nosso Hospital que está mal, mas todos os hospitais do País. Agora estou a falar como médico e posso dizer, com propriedade, que o serviço nacional de saúde nunca esteve tão mal como está agora. A criação dos hospitais como empresa é a destruição do Serviço Nacional de Saúde. A Comissão Técnica que serviu de base para reestruturar o serviço de urgências, nunca mais reuniu para acompanhar o processo. A urgência do Hospital de Vila Real está há quatro meses em rotura completa. Desactivaram o internamento de Vila



Pouca de Aguiar, os de outras localidades e nunca houve uma situação tão grave como a que estamos a viver, mas o mais grave é a sensação de que, a cada mês que passa, as coisas pioram.

ALBERTO GERMANO PIRES LOPES do PSD – disse que a questão sobre o HC sempre lhe foi muito cara e que sempre procurou esclarecer primeiro esta Assembleia Municipal e depois as pessoas, tendo sempre como objectivo principal o interesse das pessoas.

Penso que este é um assunto que devia unir os Flavienses e os Alto Durienses, porque as divisões são o meio caminho andado para a nossa derrota. É um sentimento que carrego há trinta anos, porque sempre pensei que o Alto Tâmega / Chaves, só poderia ter alguma centralidade na área da saúde, educação e outras se as gentes desta Região se unissem de uma forma coesa e determinada. Sempre entendi que Chaves, no contexto de Trás-os-Montes, deveria ter os mesmos privilégios/direitos, que tem Vila Real e Bragança, embora reconheça que estas têm um poder político local, que nós não temos – o Governador Civil. No Governo do Dr. Durão Barroso falou-se que os Governos Cívicos seriam extintos, aplaudi essa medida, mas, infelizmente, não se concretizou.

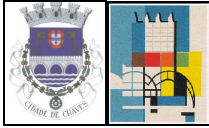
Este Governo manifestou a intenção de dividir o território em cinco grandes Regiões Administrativas, ficando com cinco Governadores Cívicos, que embora não fosse a mesma coisa, mas pelo menos deixava de haver, em Vila Real, um poder político superior ao de Chaves. Mas também isso não aconteceu.

A situação na Unidade de Saúde de Chaves tem vindo a deteriorar-se e o que prevíamos está a acontecer; fecharam a Maternidade, houve a tentativa de fechar o Serviço de Urgência, agora chamado médico-cirúrgico. Indigna-me saber que houve a pretensão de que Chaves passasse a funcionar com uma urgência básica. Houve pessoas que estiveram de boa fé e acreditaram que ganharíamos qualidade com as mudanças, houve outras que entenderam que não valia a pena lutar e há outras que têm a frontalidade de dizer publicamente que se está a destruir o Serviço Nacional de Saúde – tudo o que se conseguiu no passado.

É certo que somos um país pobre, o mundo capitalista está em crise, é necessário fazer reduções nos gastos, mas não posso deixar de defender princípios e direitos, neste caso, o antigo Hospital de Chaves e tenho esperança que possa voltar a ser o futuro Hospital de Chaves. No entanto receio que o futuro seja muito pior. A nossa Instituição sempre sobreviveu porque tínhamos quadros – chegou a ter oito cirurgiões, sete obstetras, oito pediatras – hoje assistimos ao seu esvaziamento e qualquer contratação que seja feita será, sempre, para o Centro Hospitalar de Vila Real, podendo vir à Unidade de Chaves esporadicamente. Em consequência disso, não sendo médico efectivo da Unidade de Chaves, não vai comprar casa em Chaves, não vai fazer as suas compras em Chaves – não vai fazer a sua vida social em Chaves.

Todos devemos estar preocupados e lutar por uma situação que sirva os nossos interesses e nos aporte dignidade.

A Câmara Municipal vai apresentar uma proposta para a criação da Unidade de Saúde de Chaves – a tal que em tempos foi falada – mas que o actual Governos nos recusou. Este seria um sistema ideal, que defendo, há mais de quinze anos, porque permitia gerir uma unidade com o mínimo de recursos e o máximo de economia. Esta Unidade com o nosso Hospital que tem as principais valências, associando-lhe os sete centros de saúde, incluindo os de Vila Pouca e Ribeira de Pena, com uma população de mais de cem mil habitantes era de facto o ideal para esta Região do Alto Tâmega e viria de encontro às nossas necessidades e aspirações. Estarei disposto a lutar por isso.



HIGINO DOMINGUES FERREIRA DA SILVA do PSD – referiu – se às Forças Armadas e à sua principal missão – a defesa da Nação portuguesa.

Temos enviado vários contingentes militares para vários países, a começar pelas ex-colónias portuguesas, hoje todos países independentes. O número de ex-combatentes que sofrem traumas provocados pelas guerras não tem os devidos apoios, apesar das várias tentativas em criar estruturas e legislação adequada. Em 2002 foi publicada a Lei 9/2002 que estabelece que os ex-combatentes, na situação de reforma, receberiam o valor de 155,00€/ano, tendo sido pago nos anos de 2005, 2006 e 2007, mas está em risco de ter de se cortar, tudo em nome da crise. É de referir que se vão retirar 155,00€ por ano aos ex-combatentes que os requereram, mas continuam a pagar-se reformas astronómicas a gestores do Banco de Portugal, de Institutos Públicos, Gerais, a Ex-administradores, Deputados etc.

Como os ex-combatentes são de direita e de esquerda, cumpre-se a vontade do Ministro Santos Silva que gosta de malhar na direita e na esquerda.

Terminou pedindo aos dirigentes locais do Partido Socialista para que interfiram junto do Governo, no sentido de continuar a pagar esses míseros 155,00€ aos ex-combatentes.

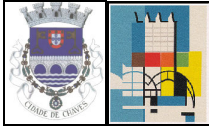
LUÍS DIAS DE CARVALHO do PSD – disse que o diagnóstico, relativamente às questões de saúde desta Região do Alto Tâmega, está feito.

Os cidadãos estão conscientemente informados e sabem a situação que vivemos. Todos sabemos que a saúde não devia ser encarada como um negócio lucrativo, sobretudo quando falamos da saúde pública. Como esta questão é vital para todos nós habitantes desta Região, concordo, plenamente, com a proposta feita pelo Senhor Presidente da Câmara, no sentido de solicitar ao poder central, uma Unidade de Saúde Local, e deixo como sugestão que não fiquemos apenas por aí. Entendo que esse pedido é legítimo para tentar reparar a destruição da estrutura hospitalar de Chaves, que todos nós sentimos na pele. Por questões de saúde fui internado recentemente na Unidade de Chaves e durante 15 dias tive ocasião de verificar o seu esvaziamento. Mas também é justo dizer que saí de lá com uma enorme admiração pelo sacrifício, a motivação dos profissionais que lá trabalham, esforçando-se por dar o melhor aos doentes, quando o poder central lhes falta com tudo.

Sou de parecer que deveria ser reactivada a Comissão de Defesa do Hospital, ou constituir outra nesta Assembleia e programar formas de luta, se for necessário. Os Transmontanos são cidadãos sérios e honestos como os do resto do País e não apenas contribuintes pagantes, por isso devemos exigir as contrapartidas.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e em seguida respondeu às questões colocadas neste período, pela ordem das respectivas intervenções:

- Agradeço o trabalho desenvolvido pela Senhora deputada **Inês Pereira Dias** na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Chaves, quer como elemento dessa Comissão, durante alguns anos, quer como Presidente nos dois últimos anos. É um trabalho nem sempre reconhecido e que nem sempre tem a devida visibilidade pública, mas aqueles que foram ajudados pela Comissão, nomeadamente as crianças e os jovens, que acompanhou e acarinhou, certamente terão ganho uma qualidade de vida melhor e mais digna, de acordo com o que serão as suas expectativas. Em nome do Município de Chaves o nosso muito obrigado por todo o trabalho, empenho e dedicação que demonstrou nesta tão nobre causa.
- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** fez referência à Regionalização. Como o Senhor deputado sabe eu sou defensor da Regionalização e a favor da criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas devemos aguardar os princípios que validem essa nossa pretensão.
- O Senhor deputado **Manuel dos Anjos Montalvão Machado** solicitou informação sobre o emparcelamento em Vilarelho da Raia e Vilela Seca. Há uma Comissão de



acompanhamento, a que presido, constituída por representantes dos agricultores das respectivas freguesias, de funcionários do Registo Predial, da Direcção Regional de Agricultura e de outros Organismos que tutelam a agricultura. Nesta altura o processo está praticamente concluído, em termos de levantamento das situações, reuniões com os agricultores, identificação das respectivas propriedades, novas parcelas e reserva de água. Na última reunião havida foram analisadas 37 reclamações, mas só uma ficou pendente. O desenvolvimento do processo depende de legislação aplicável.

- O Senhor deputado **Luís Mário Alves Carneiro** referiu-se à situação com o Grupo Desportivo de Chaves. O Município de Chaves tem protocolos assinados com o Grupo Desportivo de Chaves, que cumpre, atempadamente, num relacionamento claro e transparente, que nunca será posto em causa. A vida interna do Desportivo de Chaves deverá ser analisada nas respectivas Assembleias – Gerais.
- Relativamente ao MARC, agradeço a intervenção do Senhor deputado **João Miranda Rua**, que é alguém que conhece bem o processo desde início, dado que a ACISAT sempre foi parceiro no Mercado Abastecedor.
- Quero, no entanto, esclarecer o Senhor deputado **José Trindade Mendes** que uma coisa é fazer o levantamento das situações para falar para os jornais e outra é fazer esse levantamento sobre os factos reais. No Mercado Abastecedor temos de distinguir duas fases: a **1ª** reporta-se à sua construção, cuja conclusão teve lugar em 2006 e a **2ª** tem a ver com a sua gestão e consequente ocupação. Quando o Senhor deputado faz a comparação reportando-se ao tempo da construção, com a contabilidade na fase de gestão, é demagógico, porque não se podem comparar coisas que não são comparáveis. Enquanto esteve em construção, foram feitos os respectivos pedidos de empréstimo, mas os períodos de carência fizeram com que os juros, só viessem a ser pagos, depois da conclusão da obra. Em final de 2006 e 2007, os passivos foram, forçosamente diferentes, porque são contabilizados valores superiores. O Mercado Abastecedor foi financiado a 50% e os pedidos de empréstimo são superiores a três milhões de euros, em função do custo da obra.

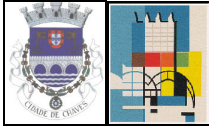
Esta infra-estrutura não foi construída para dar lucro, mas essencialmente por razões de saúde pública. Entendeu-se que os produtos seriam armazenados e distribuídos em melhores condições, cumprindo as regras legalmente em vigor.

As remunerações do Conselho de Administração também são diferentes para as duas fases – a construção e a gestão. Durante a construção a gestão das obras era feita pelos técnicos da Autarquia. Desde 2006 a única pessoa que auferia um salário no Mercado Abastecedor é o Senhor Eng.º Carlos França, que deixou de exercer as funções de Vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal e passou para Gestor. A partir de agora todas as participações da Autarquia passaram para a “FLAVIFOMENTE” e a sua gestão é feita pela mesma pessoa – o Senhor Eng.º Carlos França.

É curioso que em relação ao Mercado Abastecedor de Chaves existe a preocupação de publicar os seus passivos e a sua gestão, no entanto não se referem empresas do País – RTP, TAP, CP, METRO - que, ano, após anos acumulam passivos muito superiores ao conjunto do endividamento de todas as autarquias do País.

Sem visar o lucro, mas assumindo os seus encargos sociais, é necessário que a gestão destas unidades, seja feita procurando, a pouco e pouco, o seu equilíbrio. No caso do Mercado Abastecedor não pode ser diferente. Se a sua construção terminou em 2006, e que se prevê projectada no futuro, nos próximos 25 anos, é necessário distender no tempo a sua gestão.

O facto de os Mercados Abastecedores estarem limitados apenas à distribuição era muito restritivo. A partir de finais de 2008, o Governo, apercebendo-se da situação, decretou que também pode haver produção industrial. Essa alteração permitiu que



hoje o nosso Mercado Abastecedor tenha unidades de produção a laborar. Todo este processo fará, certamente, com que ao longo do tempo a gestão da unidade de Chaves se torne produtiva e factor de desenvolvimento da nossa Região.

- Sobre o Hospital é fácil falar, mas é bem mais difícil agir/actuar. Há críticas, e todo um conjunto de situações que são levantadas, mas na prática não foram apresentadas soluções/propostas para melhorar a situação. A única proposta para a criação da Unidade Local de Saúde em Chaves foi feita e redigida por mim e apresentada e aprovada neste Órgão em Junho de 2006. O Governo não a aceitou mas, neste momento, voltámos a apresentar essa proposta, porque surgiram duas razões essenciais: a **1ª** tem a ver com recente criação dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (Vila Pouca e Ribeira de Pena associaram-se à unidade com sede em Chaves), **2ª** pela criação, desde 2006, de mais três Unidades Locais de Saúde no País – Beja, Guarda e Viana do Castelo - quando antes apenas existia a de Matosinhos.

Estes novos dados dão-nos legitimidade para apresentar de novo a nossa proposta que aguardamos tenha o devido andamento e a resposta nos seja favorável. As pessoas devem ser mobilizadas quando estão em causa projectos devidamente definidos e claros sobre as matérias. Quando se colocou em causa a Urgência Médico-cirúrgica do nosso Hospital foram mobilizadas as pessoas e isso deu o seu fruto. Essa valência não nos foi retirada.

No Protocolo oportunamente assinado com o Ministério da Saúde a única responsabilidade da autarquia é, precisamente, fazer cumprir o compromisso de não ser desqualificada a Urgência Médico-cirúrgica, situação a que estamos muito atentos.

- O Senhor deputado **Higino Silva** referiu o suplemente atribuído aos ex-combatentes, que entendo seja de toda justiça que o recebem.
- O Senhor deputado **António Almeida** perguntou sobre o Centro Escolar de Vidago. A principal proprietária do terreno não aceitou a proposta apresentada pela Câmara, em função da avaliação feita pelos nossos técnicos e apresentou uma contraproposta que, não vai de encontro àquilo que a Autarquia entende ser o justo valor. Por essa razão solicitámos uma nova avaliação a um perito externo, aguardando que nos chegue a proposta. Falaremos também com os restantes proprietários e no caso de não haver acordo partiremos para a expropriação. A obra está homologada e temos dado a conhecer o ponto da situação à CCDRN.

Entrou-se no período da “**Ordem do Dia**”

PONTO 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. DEZEMBRO 2008

Dia 27 - Reunião com o Dr. Pedro Cantista (Sociedade Portuguesa de Hidrologia) sobre o Balneário de Vidago;

Dia 31 - Aquisição de Edifício na Madalena para instalação de Serviços;

JANEIRO 2009

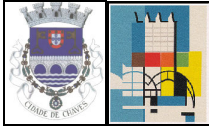
Dia 8 - Reunião da Comissão de Acompanhamento do Emparcelamento em Vilarelho da Raia e Vilela Seca;

Dia 9 - Eleições para a Entidade Regional de Turismo Porto e Norte de Portugal;

Dia 15 - Reunião no Porto – UNICER E CCDRN: Plano Integrado de Intervenção em Vidago;

Dia 16 - Apresentação do projecto Fundação Nadir Afonso;

Dia 19 -Apreciação do Projecto da Eurocidade com Deputados Nacionais e Regionais



da “Euroregião”;

Dia 20 - Primeira Conferência do Ciclo dedicado ao Segundo Centenário das Invasões Francesas;

Dia 21- Primeira feira semanal no novo espaço;

Dia 22 - Conselho Municipal de Educação;

Dia 23- Apresentação das Barragens do Alto Tâmega com a presença do Senhor Primeiro - Ministro;

Dia 27 - Escritura de Constituição da Sociedade para a construção do Parque Urbano Desportivo;

Dia 29 - Reunião da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes;

Dia 30 - Abertura da IV Edição de Saberes e Sabores de Chaves;

FEVEREIRO 2009

Dia 4 - Reunião na CCDRN – Candidatura para Parques Empresariais;

Dia 5 - Guimarães – Apresentação do Projecto da Eurocidade;
- Assembleia - Geral do Eixo Atlântico;

Dia 9 - Reunião do Conselho Municipal de Segurança;

Dia 11 – Reunião com as Águas de Portugal: Estudos para distribuição da água em “baixa”;

Dia 17 – Reunião em Vila Real: UTAD e Parque Tecnológico de Trás-os-Montes e Alto Douro.

INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 23 DE FEVEREIRO DE 2009.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2-Dotação Actual do PPI.....	30.130.996,30€
Dotação Cabimentada	19.524.354,68€
Taxa de Execução Física do PPI	64,8%

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento	60.183.677,21€
Dotação Cabimentada	28.628.743,33€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa	47,6%

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	60.183.677,21€
Receita Liquidada	4.608.294,84€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	7,7%

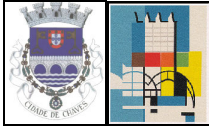
3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:

3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2008.09.22	15.841.381,55
2008.12.15	12.793.061,10€
2009.02.23	13.807.694,01€

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2008.09.22	15.660700,22€
2008.12.15	19.345.120,97€**
2009.02.23	19.068.937,08€



(**) – já se encontra incorporado o capital em dívida e respectivos juros referente ao financiamento contraído no âmbito do Programa “pagar a tempo e Horas”.

Neste Ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA SANTOS do PS - referiu a agenda do Senhor Presidente da Câmara, que resume a actividade municipal.

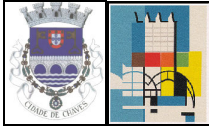
“Tudo o que ela contém é de relevância para o Município, mas assume particular importância porque numa questão, essencial e fundamental para os cidadãos, que é a questão da saúde, um volte face naquilo que foi uma posição, que quer o Senhor Presidente da Câmara queira, quer não, foi uma posição sua, deveria ser consubstanciada com dados/informações que tivesse tido a preocupação de recolher ou através de alguma reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, ou junto do Ministério da Saúde, ou da Administração Regional de Saúde Norte, que não constam.

Nesta questão da saúde, como em todas, mas que aos cidadãos diz muito respeito, exige-se muita seriedade na forma como assumimos posições e na forma como escrevemos o historial e as posições que assumimos. O Partido Socialista não está aqui para reivindicar para si nenhuma vitória, nem nenhuma derrota. Até porque nesta questão da saúde, sim, da responsabilidade do Ministério da Saúde, através do Governo Central, mas negociada directamente com aqueles que são os legítimos representantes das populações, que é o Poder Local. Todas as posições que sejam tomadas neste domínio, devem resultar de um processo de negociação entre ambas estas partes. Neste processo de negociação esteve o Senhor Presidente da Câmara, devidamente legitimado por esta Assembleia Municipal, naquilo que dizia respeito, à defesa, na altura, de uma Unidade Local de Saúde para Chaves. Face a esta posição da Assembleia Municipal de Chaves, que o Senhor Presidente disse ter defendido junto do Ministério da Saúde, mas que não foi aceite e, perante esta situação, entre ficar na mesma ou a integração no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, considerava que era mais vantajosa e que seria melhor para os cidadãos a integração.

Esta decisão foi tomada unilateralmente; o Senhor Presidente quando a trouxe à apreciação da Assembleia Municipal era facto consumado. Aliás, esta decisão, nem sequer foi apresentada à Comissão eleita por esta Assembleia, que ao ignorá-la, tacitamente, deixou de existir. O Partido Socialista nunca mudou de posição, no que diz respeito à questão da saúde. Respeitamos a posição do Senhor Presidente da Câmara, que acreditamos a tenha entendido como a mais favorável para os Flavienses.

Neste momento assistimos a um volte face, acerca da qual tivemos conhecimento através da comunicação social, em que o Senhor Presidente da Câmara decidiu retomar a questão da Unidade Local de Saúde para Chaves. Da parte do Partido Socialista nunca encontrará qualquer entrave na defesa daquilo que entender ser o melhor para os Flavienses, reservando-nos a nossa posição. Entendemos legítimo perguntar se o Senhor Presidente já tem em sua posse dados, resultantes da actividade das Unidades Locais de Saúde criadas desde então? Quais são os dados/resultados que tem, em relação à actividade do Hospital de Chaves, no seio do Centro Hospitalar? Que comparação homóloga nos permite fazer, perante os dados que nos possa apresentar, relativamente a essa actividade?

Aceitamos os volte face que o Senhor Presidente queira fazer, sobre esta questão, mas pergunto-lhe onde estão os cidadãos no meio disto tudo. Onde está a prestação dos serviços de saúde de qualidade aos cidadãos? Andamos a aceitar e a capitular no que respeita à criação de um Centro Hospitalar, com o Hospital de Chaves, nele



integrado. Agora retrocedemos, para tentar a criação de uma Unidade Local de Saúde, sem sabermos, até ao momento, o que está na base desta proposta. Independentemente da figura jurídica, em que o Hospital de Chaves esteja integrado, e ao abrigo da qual exerça a sua actividade, só há algo que pode contribuir para melhor servir os Flavienses e os cidadãos do Alto Tâmega – a força política necessária, consubstanciada em dados claros, concretos e firmes. Em relação a isso, o Senhor Presidente da Câmara sabe que não tem razão de queixa de nenhuma força política, com assento nesta Assembleia Municipal, mas na altura não conseguiu ter essa força política para sustentar a proposta que defendia. Pensa tê-la agora? Ou continuamos a descuidar aquilo que deve ser o nosso objectivo enquanto pessoas com responsabilidades e que é direccionar a nossa missão no serviço público, no interesse dos cidadãos.

O Grupo Municipal do Partido Socialista aguarda que, da parte do Senhor Presidente da Câmara, haja uma clarificação daquilo que significou o percurso anterior, daquilo que significa o que está a ser proposto neste momento, porque não queremos, de maneira nenhuma, assumir que o Senhor tenha esta posição por qualquer espécie de medida eleitoralista, ou a reboque de um simples artigo de opinião. O Partido Socialista tem posição nesta matéria e nunca será uma posição que sirva para coartar o seu espaço de intervenção, mas sempre para o fortalecer, nesta como noutras matérias, mas, no mínimo, queremos dados que nos esclareçam.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o estudo previamente feito, para a área da saúde, não previa três situações: **1.** Empresas Públicas; **2.** Os Centros Hospitalares; **3.** As Urgências Básicas.

Perguntou também se não houve uma reunião marcada com o Senhor Ministro da Saúde em que, em vez do Ministro, compareceu o Senhor Secretário de Estado. Depois de o Presidente da Câmara de Chaves lhe ter apresentado várias propostas, entre elas a da Unidade Local de Saúde, o Senhor Secretário de Estado respondeu que não estava legitimado para tomar qualquer decisão, porque essa seria da competência do Senhor Ministro.

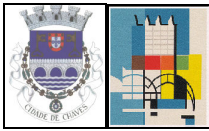
Também no Programa “Prós e Contras” o Senhor Presidente da Câmara defendeu a ULS para Chaves e, quer os Técnicos que fizeram o estudo, quer o Senhor Ministro Correia de Campos, pessoa não grata para esta Região do Alto Tâmega, defenderam o contrário.

As Autarquias têm alguma responsabilidade na saúde local? Será que o problema é do PS, do PSD, da Câmara, da CDU, ou do CDS? Gostava de saber quem criou esta situação em Chaves que foi aceite, de boa fé, porque figuras do Partido Socialista, nomeadamente a Senhora Deputada Nacional e Local, Paula Barros, induziram confiança, fazendo-nos acreditar que o que estava a ser feito seria para melhorar a situação do Hospital de Chaves. Infelizmente o tempo veio confirmar o contrário.

O PRESIDENTE DA CÂMARA informou a Senhora deputada Paula Barros que este ponto é para dar conhecimento do que se entende ser mais relevante na Actividade Municipal, entre sessões da Assembleia.

Relativamente ao Hospital de Chaves, todas as questões que a Senhora deputada mencionou, deveria ter resposta para elas. O verdadeiro responsável pela política de saúde em todo o País, é o Governo e quem está mais próximo do Governo, é a Senhora deputada. Colocar perguntas ao Presidente da Câmara, sobre a saúde, quando deveria obter as respostas nos Órgãos próprios é, no mínimo, descabido.

O verdadeiro responsável pela política de saúde neste País é o Governo e só o Governo. As nossas intervenções sobre esta questão têm como objectivo defender o melhor para esta Região e seus habitantes.



É já a terceira vez que hoje ouço aqui dizer: "é preciso seriedade". Quem vem aqui intervir estará a pensar que é mais sério do que os outros? A Senhora deputada deve verificar todas as actas desta Assembleia Municipal, dos últimos dois anos, para verificar as intervenções havidas e o seu conteúdo.

Pede dados sobre a Unidade Local de Saúde. Os elementos existentes em 2006 referiam-se à Unidade de Matosinhos e apontavam para um bom desempenho aos cidadãos que servia; Sobre as novas Unidades deveria perguntar ao Governo porque é que autorizou rapidamente a criação de uma Unidade Local de Saúde na Guarda, outra em Beja e mais recentemente a de Viana do Castelo e não deu o aval para a criação da Unidade de Chaves. Deve fazer estas perguntas na Assembleia da Republica aos respectivos Órgãos de Tutela.

Pedi-me informações sobre a integração do Hospital de Chaves no Centro Hospitalar. Esses dados foram, oportunamente, entregues aos Senhores Vereadores do PS na Câmara Municipal. Mediante todo o desenvolvimento do processo, no que respeita à área da saúde, verifica-se que a Proposta que fizemos em 2006, devidamente fundamentada, para a criação da Unidade Local de Saúde, mas que, como todos sabem, não foi aceite, tem cabimento ser de novo apresentada, por duas razões essenciais, que repito: **1ª. Criação do Agrupamento dos Centros de Saúde**, que em 2006 não integrava Vila pouca de Aguiar e Ribeira de Pena e por essa razão o nº de habitantes, servidos pelo Hospital, não perfazia os cem mil; **2ª. A criação de outras Unidades Locais de Saúde**, em condições idênticas às que nós pedimos e que, efectivamente em 2006 não existiam.

Agradeço à Senhora deputada e a todos os membros do Partido Socialista a disponibilidade manifestada, para interceder e lutar junto do Governo, para a criação de uma Unidade Local de Saúde em Chaves.

Se agora o Governo nos voltar a indeferir o pedido, eu pergunto quem é que fica em causa? O Presidente da Câmara, ou o Partido Socialista Local, que pede uma infra-estrutura tão importante e não lhe é concedida?

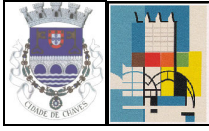
PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA SANTOS do PS – usou novamente da palavra para dizer que não costuma confundir papéis e que as pessoas devem ser respeitadas no exercício das suas funções.

"Sobre as questões que lhe coloquei, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, verifico que, grosso modo, não foram respondidas. Foram respondidas sob a forma de tentativa de ataque que não surte efeito, porque não chega. O Senhor Presidente da Câmara levanta questões, esquecendo-se que está num Órgão em que tem de responder. Relativamente à criação de Unidades Locais de Saúde, nuns locais e aqui em Chaves não, é uma pergunta que lhe devolvo. O Senhor é que tem de saber responder porque outros locais tiveram a força política para conseguir essas Unidades e em Chaves, com todas as forças políticas do seu lado, não o conseguiu.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou de novo da palavra para dizer que o Senhor Presidente não respondeu à pergunta que lhe fez sobre se a Comissão de Defesa do Hospital, eleita na Assembleia Municipal, está ou não extinta. Se está extinta irá dar origem a outra ou não?

"Como tenho de dirigir as minhas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, gostava que ele perguntasse ao Grupo Municipal do Partido Socialista o que pensa da integração, nomeadamente à Senhora deputada Paula Barros que defendeu, aqui, que era a favor da qualidade, da eficiência e que a integração no Centro Hospitalar era para melhor. Então pergunto-lhe, na sua qualidade de flaviense e de deputada da Nação, pelo Distrito de Vila Real, qual a sua avaliação, dos dois últimos anos, uma vez que também tem acesso aos respectivos Relatórios.

É espantoso como uma deputada da Nação entende que, as decisões do Governo, numa área tão séria como é a saúde, dependem das pressões dos interesses locais.



Isso define a situação a que chegou o Partido Socialista em Portugal. Ao vir aqui dizer que a Guarda ou Beja, ou Viana do Castelo, conseguiram as Unidades porque tiveram mais força de expressão, é admitir que o Governo actua/governa segundo as pressões locais e isso é inadmissível.

O PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu o Senhor deputado Manuel Justino que uma Comissão eleita pela Assembleia Municipal, não pode ser extinta pela Câmara Municipal.

Penso que não faltei ao respeito à Senhora deputada Paula Barros, mas se a Senhora se sentiu ofendida, de alguma forma, peço desculpa. Respeito a posição e opinião de todas as pessoas, mas não vai ser qualquer intervenção que vai condicionar o que devo dizer.

Respondendo à questão da força política, na verdade, coincidência ou não, nas cidades onde foi autorizada a criação das Unidades Locais de Saúde, as Câmaras Municipais são geridas por executivos de maioria do Partido Socialista.

PONTO 2. - EXTINÇÃO DA COMUNIDADE URBANA DE TRÁS-OS-MONTES E PARTILHA DO PATRIMÓNIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 39º. DA LEI Nº. 45/2008, DE 27 DE AGOSTO. PROPOSTA Nº. 08/GAPV/09.

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que na Sessão da Assembleia extraordinária realizada em Novembro de 2008, foi autorizada a adesão à Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, de acordo com a nova legislação e, em consequência, terá de ser extinta a anterior Comunidade Urbana que, embora nunca tenha chegado a funcionar, foi constituída. O seu património/numerário terá de ser repartido pelas Autarquias que lhe estavam associadas e no caso de Chaves esse valor transitará para a nova Comunidade. É essa autorização que se solicita a esta Assembleia Municipal.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU - disse que a CDU se vai abster nesta votação, não pelo acto de extinção, que é obrigatório, mas como forma de protesto pelo actual modelo de constituição das Comunidades Intermunicipais/Comunidades Urbanas.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse esperar que não aconteça, com o Órgão criado neste momento, o mesmo que aconteceu com a COMURB.

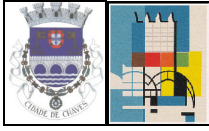
“Fui eleito para o Órgão deliberativo, nunca participei nele, nunca fui chamado e espero que neste, para o qual fui indicado, possa vir a exercer as minhas funções.

Eu não sou defensor destes Órgãos intermédios, mas sim de Órgãos intermédios eleitos, com responsabilidades políticas perante as populações. Sou defensor da Regionalização”.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 85 votos a favor, zero votos contra e duas abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3. - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE. PROPOSTA Nº. 09/GAPV/09;

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta vem no sentido de alteração do Regulamento Municipal de Publicidade, aprovado em 21 de Abril de 2003, nomeadamente o nº. 4 do seu artigo 14º. Com esta alteração e atendendo à crise que se atravessa, ficam isentos do pagamento de taxas de publicidade, os estabelecimentos comerciais com sede em Chaves, excluindo as grandes superfícies e Centros Comerciais, conforme regras agora definidas nesta Proposta.



Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº. 17/DSC/09.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta de alteração tem como objectivo, no contexto do projecto da Eurocidade, que os cidadãos de Chaves e de Verin possam ter acesso às bibliotecas das respectivas cidades. A Proposta em análise visa introduzir alguns ajustamentos ao Regulamento, oportunamente aprovado, de forma a torná-lo mais operacional.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5. - PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. INFORMAÇÃO Nº. 32/DAS/09.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta pretende introduzir no Regulamento, oportunamente aprovado por este Órgão deliberativo, a alínea 1.1.2, no seu artigo 5º, no sentido de enquadrar legal e administrativamente o apoio ao arrendamento, no mercado particular, destinado a famílias desfavorecidas ou em privação económica, de forma a minimizar, progressivamente, as situações de carência habitacional, mesmo fora dos chamados bairros sociais.

Os apoios às empresas passarão pela não cobrança do imposto de derrama, das taxas de publicidade, pela disponibilização de terrenos a preços acessíveis e ao facto de, no corrente ano, não termos aumento o valor das tarifas de fornecimento de água, de saneamento e de recolha de resíduos sólidos.

Neste campo temos vindo a prestar apoio a estudantes do Ensino Superior, através de concessão de bolsas, a recuperar habitações familiares degradadas e introduzimos agora o apoio a rendas.

As condições estão plasmadas na proposta em análise, nomeadamente a fórmula de cálculo do subsídio a atribuir, em função dos pedidos. Temos previsto apoiar vinte rendas durante o ano de 2009.

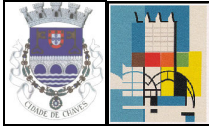
Terminou pedindo a sua aprovação.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – disse que ao longo dos últimos anos a CDU tem vindo a alertar para a crise profunda instalada.

“O Governo tem tomado algumas medidas, mas não temos conhecimento de nenhum pacote específico para as regiões do interior e também não conhecemos da parte dos autarcas, no seu conjunto, nem sequer das chamadas NUT’S III tomarem alguma posição inicial, a reivindicação de um pacote de medidas globais, da Administração Central, para combater a crise nas regiões do interior, que vem de trás e que se vai manter muito tempo depois, da crise ter passado, noutros locais.

Julgamos que as medidas devem ser tomadas para atenuar a crise e que há fortes razões para que se constitua uma Comissão Municipal de acompanhamento, de todo um conjunto de situações, que vai para além das questões pontuais que foram aqui discutidas. Há todo um conjunto de reflexões a fazer que poderão envolver o IMI, e outros aspectos, e que nos levem a tomar medidas que possam atenuar, nos cidadãos do Concelho, os efeitos de uma crise que ainda se está a aprofundar e que veio para ficar.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 6. - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que este Ponto tem como objecto a eleição, pela Assembleia Municipal, de quatro cidadãos para constituírem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Chaves, para os próximos dois anos.

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA deu conhecimento da entrada na Mesa de duas listas apresentadas pelo PSD e PS, respectivamente.

→ Luís Dias de Carvalho

PSD

→ Maria António C. Chaves Esteves

Lista A

→ Cláudia Isabel Silva Magalhães

→ José Joaquim Alves de Lima

PS

→ Gisela Maria Esteves Espírito Santo

Lista B

→ Júlio Eliseu dos Anjos Alves

→ Ana Paula Fernandes Jesus Moura

→ Ana Margarida Vaz Alves Chaves

A eleição foi efectuada por escrutínio secreto, aplicando o método de Hont, tendo sido eleitos os Senhores deputados: **Luís Dias de Carvalho, Gisela Maria Esteves Espírito Santo, Maria António C. Chaves Esteves e Cláudia Isabel Silva Magalhães.** Estes são os quatro elementos que vão constituir a Comissão no próximo biénio 2009/2011.

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** desejou a todos um Feliz Natal e em seguida deu como encerrados os trabalhos da sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____